

O LIVRE-ARBÍTRIO E A LIBERDADE DE ESCOLHA COMO UM BEM OU UM MAL EM SANTO AGOSTINHO

SOUZA, José Sérgio de¹

RU: 2579247

RESUMO

Desde a não aceitação de um mal ontológico, e posterior abandono do maniqueísmo Santo Agostinho propõe que a origem do mal reside nas más escolhas do homem, assim, o livre-arbítrio que foi um bem nos dado pelo Ser supremo é distorcido do caminho correto, levando o ser imperfeito a cometer pecados pela falta de discernimento e sabedoria. Mas como o livre-arbítrio que é um dom pode exercer essa influência negativa na vontade humana levando-a a cometer erros tão aparentes? Este trabalho teve como objetivo analisar a influência do livre-arbítrio na vontade humana como uma liberdade no homem para agir moralmente entre o bem ou o mal. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas, com uma revisão narrativa, de teor qualitativo de obras de Santo Agostinho de Hipona, principalmente, através de uma pesquisa de caráter descritivo de modo que foram analisados os dados coletados de uma maneira crítica em relação a assuntos relacionados ao tema proposto. Diante disso, verificou-se que o mal, na obra do filósofo Santo, tem como uma de suas origens a livre vontade do homem, o qual não tem conhecimento suficiente da verdade para desviar-se do mal e seguir os ensinamentos Divinos, os quais tendem a conduzi-lo sempre para caminho do bem.

Palavras chave: Livre-arbítrio. Liberdade. Vontade. Moral. Mal.

1. INTRODUÇÃO

Na obra intitulada “De Libero arbitrio”, iniciada no ano de 388, que só veio a ser concluída em 395, Santo Agostinho (1995), após abandonar o maniqueísmo começa sua tentativa de encontrar o caminho da verdade para buscar uma definição concreta de como o mal pode estar incrustado nas escolhas da humanidade, sendo que, um dom recebido de Deus não poderia trilhar outro caminho a não ser o da virtude, com a qual chegamos ao bem e a felicidade.

O presente trabalho teve a intenção de investigar como o livre-arbítrio nos remete à liberdade de escolher entre o bem e mal, e assim, sustentá-lo como um bem, e desse modo aprofundar o discernimento a despeito do assunto, tendo em vista a importância da necessidade de ampliação desse conhecimento, o qual,

¹ Aluno do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Internacional UNINTER.

desde a filosofia clássica, até os dias atuais, vem sendo alvo de grandes controvérsias e debates entre a impossibilidade de aceitação de que a liberdade de escolha é incompatível com o determinismo e a presciência de Deus.

Como forma de desenvolver o assunto foi analisada a influência do livre-arbítrio na perspectiva da vontade humana, e, de como o homem define suas escolhas em agir benéfica ou maleficamente, com vistas ao aspecto moral tanto da filosofia agostiniana, quanto em termos de uma visão sintética dos princípios morais de outras obras referenciadas durante toda a pesquisa.

O objetivo geral foi compreender como o livre-arbítrio influencia na nossa liberdade. Para isso, tivemos como objetivo específico: discorrer sobre a questão do livre-arbítrio e a lei moral, identificar os conceitos de livre-arbítrio e liberdade; analisar a liberdade de escolha como um bem ou um mal; e pesquisar sobre o determinismo e a liberdade. Estes foram os principais aspectos analisados como forma de desenvolver um maior aprendizado sobre o tema.

A pretensão do artigo foi a de confirmar o pressuposto de que o mal moral, nada mais é do que a consequência do livre-arbítrio da vontade humana, de acordo com as concepções do Santo Agostinho de Hipona e de obras correlatas.

A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de responder ao problema proposto, baseada, principalmente, na obra de Santo Agostinho, O livre-arbítrio, em comparação com outras obras, artigos e periódicos acadêmicos estudados no decorrer do trabalho.

A partir dos objetivos propostos, foi realizada uma revisão bibliográfica, em seguida uma revisão narrativa com descrição qualitativa de todos os dados pesquisados, buscou-se alcançar os resultados, que foram expostos nas seções e subseções, conforme seguem: na segunda seção foram analisados dados sobre o livre-arbítrio e a lei moral, na primeira subseção da segunda seção foram elaborados alguns conceitos de livre-arbítrio e de liberdade, conforme as obras de Santo Agostinho e outras; na segunda subseção da segunda seção foi pesquisada a liberdade de escolha como um bem ou um mal; e na terceira subseção da segunda seção foram levantados dados a despeito do determinismo e liberdade.

Ao fim, os objetivos pretendidos do presente artigo foram atingidos parcialmente, e os questionamentos propostos sobre o tema respondidos, de acordo com o previsto na hipótese levantada, confirmando que o livre-arbítrio da vontade humana é um dos motivos para a origem do mal moral existente.

Desse modo, com o que foi apresentado, a origem do mal moral se segue do livre-arbítrio da vontade humana, pois o homem sendo livre para escolher agir bem ou mal, desvia-se do que é correto, e de Deus. Assim, de acordo com o encontrado na obra de Santo Agostinho de Hipona (1995, I, 16, 34) “[...] o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade”.

2. A QUESTÃO DO LIVRE-ÁRBÍTRIO E A LEI MORAL

Desde a filosofia clássica, já tínhamos a discussão sobre a problemática da origem do mal como privação do bem na teoria platônica, ou como, distorção dos ensinamentos Divinos pelo homem imperfeito, que não se utiliza da maneira correta de seu livre-arbítrio, segundo Santo Agostinho.

Agostinho expõe, nas CONFISSÕES (VII, CAPS. 10-12) a solução platônica para o problema do mal. Ensinavam os platônicos que o mal não é um ser, mas uma privação, um limite ou deficiência. E por aí, vinha a se tornar até mesmo uma condição para a harmonia universal. Mas no ponto de vista moral, o mal tinha sua origem na liberdade humana. (AGOSTINHO, 1995, Nota complementar 63, p. 276).

Entretanto, na vasta obra de Santo Agostinho de Hipona encontramos diversas formulações referentes ao tema proposto, das quais, várias são objetos de grandes controvérsias até os dias atuais, no que tange à questão do livre-arbítrio como liberdade universal ou condicionada aos preceitos morais vigentes na sociedade, os quais se instituem em leis, determinam o quê, e como se deve escolher, independente da própria vontade.

Para Agostinho (1995, p. 16), o mal pode ser elencado de três formas distintas, Mal metafísico-ontológico, o mal moral e o mal físico, dos quais será abordado neste trabalho, apenas o mal moral, o qual é referente aos desejos e paixões materiais que levam o homem à escolha errada, se desviando da maneira correta de agir, e deste modo, de Deus, ou seja “o mal moral é o pecado”. O mal moral sempre acontece por influências do meio ao qual o homem está inserido, e o pecado vem da deficiência em agir da maneira correta, afastando-se do bem; o mal ocorre pela razão insuficiente.

Para uma vontade perfeita ou sagrada como a de Deus, os requerimentos da razão podem ser suficientes para que se aja moralmente, mas, para seres imperfeitos como nós, influenciados por desejos sensíveis e emoções,

deve haver também algum sentimento que acompanha a escolha de agir segundo a lei moral. (DEAN, 2009, p. 87).

De acordo com Aristóteles (2009, I, IX, 35), “[...] quem é verdadeiramente bom e sensato suporta toda a espécie de sorte nobremente e a partir das condições disponíveis agirá sempre da melhor forma possível”. A virtude existente no ser não o impulsiona a agir de maneira errada, em direção ao mal.

O ser está sempre imerso em sua trajetória de formação moral, pois como se vê, “[...] nenhum grau de imoralidade pode jamais manchar o brilho inextinguível que acompanha o poder de escolha ou a capacidade para a moralidade, mesmo se esta capacidade não se realiza e as escolhas são rotineiramente monstruosas”. (DEAN, 2009, p. 100).

De acordo com Kant (2002, p. 81), a liberdade é inerente a todos os seres racionais, de modo que “a todo ser racional que tem uma vontade devemos lhe atribuir necessariamente também a ideia da liberdade, sob a qual ele age.” Se acontecesse de outra forma, não haveríamos de falar em liberdade, visto que as escolhas que são realizadas fora do âmbito da razão, ou por determinações causais impossibilita o ser em agir livremente.

Em Kant (2011, p. 158), encontramos que “Uma necessidade da razão pura no seu uso especulativo conduz somente a hipóteses, enquanto uma necessidade da razão pura prática conduz a postulados”. O uso da racionalidade pura prática gera a necessidade de conduzir-se ao “sumo bem” pela vontade, e para isso busca-se os determinantes para dar condição a essa possibilidade, ou seja, o Ser supremo e a liberdade, mas tudo está inserido nas leis morais.

Em sua crítica, Kant (2011, p. 163-164), argumenta que as leis morais são responsáveis pela concepção do entendimento metafísico, e que a sabedoria é tão louvável quanto Deus.

O regente do mundo só nos permite conjecturar a respeito de sua existência e majestade, e não vê-la ou demonstrá-la claramente; pelo contrário, em nós a lei moral, sem nada prometer nem ameaçar algo com certeza, exige o nosso respeito desinteressado; além disso, quando esse respeito se torna ativo e dominante, então, só por isso, vem permitir-nos perspectivas no reino do suprassensível, embora só mediante um débil vislumbre; por isso, pode ocorrer uma disposição moral verdadeira consagrada imediatamente à lei, e a criatura racional pode chegar a ser digna de participar do sumo bem, na proporção adequada ao valor moral de sua pessoa e não simplesmente na relativa às suas ações. Desse modo, também poderia ser exato o que nos ensina suficientemente o estudo da natureza e do homem: que a sabedoria impenetrável, por meio da qual existimos, não é menos digna de veneração por aquilo que nos negou do que pelo que nos concedeu.

O Santo Bispo tem sua filosofia baseada na doutrina cristã, assim, as virtudes como a sabedoria e dom do livre-arbítrio são dádivas concedidas por Deus ao ser, no momento de sua criação, e desse modo, a lei do homem serve para mitigar os crimes praticados, ou seja, são redigidas leis que impactam diretamente no comportamento do indivíduo, para o convívio em sociedade, de modo a não ultrapassar a barreira do que é a liberdade para quem pratica, mas por outro lado, torna-se inadequada para quem venha a sofrer qualquer tipo de desagravado pela infringência de todo tipo de ação contrária ao estabelecido pelo legislador. Mas as leis morais não punem todos os tipos de pecados, para isso, segundo Agostinho, existe a lei de Deus, da qual ninguém consegue se livrar, mas somente através da sabedoria poderá ser liberto. (AGOSTINHO, 1995, I, 5, 13).

2.1. Livre-arbítrio e liberdade

Em termos conceituais há uma sutil diferença entre o livre-arbítrio proposto por Santo Agostinho e a liberdade, onde o primeiro trata da liberdade em se fazer uso do juízo racional para escolher entre o que devemos, ou não, fazer, ou querer; e o segundo reflete, justamente, esse poder em escolher o que se quer, ou não, fazer.

Conforme encontrado no dicionário priberam (2008), arbítrio pode ser definido como “parecer, juízo, opinião, vontade, determinação que não depende de regra, praxe ou lei, mas da prudência ou retidão da pessoa”, diferentemente da Liberdade que seria “capacidade de agir sem receio ou sem constrangimento, maneira de falar ou agir sem tentar esconder sentimentos ou intenções”.

Dessa forma, o livre-arbítrio tem por definição algo que não seja condicionado ou “prenda” o desejo em determinações morais ou legais. Mas, como agir de modo a não se constranger em detrimento de preceitos morais nos quais o homem está inserido?

Na introdução da obra “O livre-arbítrio” (1995, p.18) encontramos a seguinte passagem proposta: “Esse poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade. A impossibilidade de fazer mal é inseparável do livre-arbítrio, mas o poder de não fazê-lo é a marca da liberdade”. Percebe-se que um conceito confunde-se com o outro, de modo que, a liberdade fica condicionada à perfeita utilização do dom passado por Deus aos que podem escolher entre o bem e mal.

No livro I (1995, 3, 6) Agostinho lança a questão do adultério que se tem como um mal, por que é previsto em lei, do qual Evódio rebate dizendo que “Ele não é um mal precisamente por ser proibido pela lei, mas ao contrário, é proibido pela lei por ser mal”. Assim, os preceitos morais adquiridos em sociedade, os quais são categorizados como mal, tendem a transformarem-se em lei como forma de possibilitar a punição aos que não as seguem como descritas.

Mas, nesse caso, como fica a liberdade em agir? Não seria a lei uma amarra que confronta a liberdade da ação e dos desejos, que são reprimidos quando temos que seguir legislações propostas por um conjunto de indivíduos, também, racionais, os quais imputam deveres conforme estabelecidos por preceitos morais?

Contudo, como afirma Kant (2002, p. 22) “A boa vontade não é boa pelo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é, em si mesma”, ou seja, o homem quando age de boa vontade já está fazendo o que é o certo a se fazer, o desvio da boa vontade é o que o leva às coisas que são moralmente renegadas pelo grupo que define os ditames sociais a serem seguidos de modo a agir em prol do bem comum.

Chauí (1995, p.44), conceitua a liberdade diferenciando-a da necessidade, pois a liberdade é lastreada por escolhas contingentes e a necessidade como que determinada anteriormente, e que dessa total liberdade utilizada erroneamente no princípio, gerou-se o pecado original, contrariando os preceitos Divinos. A partir de então, entra em cena a contradição da onipotência do Ser supremo em detrimento da existência de um homem gerado e livre para praticar o bem, mas por livre escolha de sua vontade segue o caminho do mal.

Se o desejo do homem em escolher o que está fora do caminho da correição, fosse de algum modo predeterminado ou coercitivo, desse modo não poderíamos falar em qualquer tipo de livre-arbítrio, visto que uma ação pautada em ditames definidos anteriormente exclui a possibilidade de liberdade.

Mas se, por impossível, acontecer que queiramos sem o querer, está claro que a vontade não falta a quem quer. E nada mais está tanto em nosso poder, quanto termos à nossa disposição o que queremos. Consequentemente, nossa vontade sequer seria mais vontade, se não estivesse em nosso poder. (AGOSTINHO, 1995, III, 1, 8)

A manifestação do querer, mesmo que desviado dos ensinamentos de Deus é uma forma de manifestação da liberdade humana. O que para Junior e Monteiro (2016, p103) “[...] a liberdade do homem é o serviço fiel (fé incontestável) a Deus:

ser livre é servir a Deus. Submeter-se ao plano Divino por meio da faculdade da alma, que é o livre-arbítrio, é o melhor possível que o homem pode realizar”.

A liberdade não pode ser definida como algo que nos leva para o caminho do mal, pelo contrário, no entendimento de vários autores, a liberdade parte do pressuposto da livre-escolha na direção, sempre, do bem.

2.2. O livre-arbítrio como um bem ou um mal

Na obra “O Livre- Arbítrio”, livro I, capítulo 12, Santo Agostinho de Hipona, defende que a vontade livre do homem, com sua imperfeição e fragilidade, é submissa as paixões corporais, por vezes, pela própria ignorância do ser imperfeito, e por isso responsável pelo pecado, ocasionando o mal moral graças ao livre-arbítrio, bem concedido por Deus.

Logo, “cometer o mal não é nada mais do que submeter sua vontade as paixões, ou preferir aos bens propostos pela fé eterna, ante uma satisfação pessoal. E isso só é possível pela livre opção de nossa vontade”. (AGOSTINHO, 1995, p. 14).

Assim, para o Bispo de Hipona “a vontade é a causa primeira do pecado, e nenhum pecado será a causa primeira do primeiro pecado, e a nada se pode imputar o pecado senão ao próprio pecador”. (AGOSTINHO, 1995, III, 17, 49).

Em diálogo com seu amigo Evódio, Agostinho é interpelado sobre a questão do por que Deus, então, haveria de conceder um bem superior que pudesse vir a se reverter em pecados?

[...] pelo fato de ser incerto a vontade livre nos ter sido dada, para com ela agirmos bem – já que podemos também pecar – , decorre esta outra incerteza: se foi um bem ou não, ela nos ter sido dada. Porque, se é incerto ela nos ter sido dada, para agirmos corretamente, tampouco é certa que seja um bem ela nos ter sido dada. (AGOSTINHO, 1995, II, 2, 5).

Disso se abstrai a questão de como um bem seria nos dado para haver de, mesmo que por contingência, transformar-se em algum tipo de mal? No livro III, Santo Agostinho (1995, 18, 47) rebate tal questionamento evocando que todas as maravilhas advindas do Senhor são bens incontestáveis, dentre elas a vontade livre, e no mesmo capítulo o próprio Evódio reconhece que tudo que vem de Deus é bom.

Ainda assim, como aceitar que um Deus eterno e perfeito poderia admitir a existência de qualquer mal? Santo Agostinho diz que “[...] não existe, nem pode existir, meio de atribuir a Deus o que em suas criaturas acontece necessariamente.

Ao contrário, que tudo se realiza de tal forma que sempre fica intacta a vontade livre do pecador”, que é a marca da liberdade. (AGOSTINHO, 1995, III, 6, 18a).

Desse modo, Agostinho insiste que o pecado consiste em escolhas erradas que fazemos, às vezes, por falta de entendimento da vida material, e nas corretas que deixamos de realizar por omissão ou mesmo, desinteresse. E ainda continua, “[...] é que nós não só possuímos o livre-arbítrio da vontade, mas acontece ainda que é unicamente por ele que pecamos”. (AGOSTINHO, 1995, I, 1, 1). Quando Deus dotou o homem de livre-arbítrio, o fez de modo a seguir o caminho do bem, porém, não haveria a justiça e a liberdade plena, caso houvesse determinação para que o ser não pudesse definir, mesmo que erroneamente, escolher o mal.

Mas para a professora, Marilena Chaui (1995, p. 44), há dificuldade para aceitação da origem de um mal, oriundo de um infinito bem.

[...] se Deus é onisciente, então sabe eternamente que o homem pecará e não é possível compreender que o puna por aquilo que, de antemão, sabe que ele fará. Se Deus é onipotente infinitamente bom, como explicar a existência do mal, isto é, como uma causa infinitamente boa pode dar origem à sua negação?

Segundo Aristóteles, a liberdade que o homem possui o possibilita praticar atos por livre escolha, de caráter moral, já outros atos que independem de sua vontade são praticados por influência externas ou por sua falta de sabedoria. (ALEXANDRINO, 2017, p. 21).

No entanto, a sabedoria é uma das virtudes capaz de corrigir a forma de vida daqueles que vão pelo caminho torto do pecado, pois para Agostinho (1995, II, 9, 26) quem pratica esse dom tende a escolher o bem, e quem menos o pratica tende ao mal, e assim perde a vida boa, já que o caminho da verdade depende disso, e que “ninguém é feliz sem a posse do sumo bem, cuja contemplação e posse encontram-se nessa verdade que denominamos sabedoria”.

Para Ferreira (2013, p. 74), o bem é inerente ao Ser supremo que nos concedeu o dom do livre-arbítrio, porém a falta de sabedoria nos afeta o entendimento para segui-lo, pois:

Quando desejamos o bem, é Deus quem deseja isso, a si mesmo, através de nós. Porém, o fato de a alma estar presa ao corpo, em função do pecado original humano, faz com que, também, possamos desejar coisas finitas e transitórias. Quando desejamos o mal, somos ignorantes da nossa função como entes criados por Deus. (Ferreira, 2013, p. 74)

Aristóteles (2009, VIII, 20) “[...] concorda com o sentido segundo o qual quem é feliz vive bem e age bem, por que pode-se dizer que a felicidade é quase um viver bem e um agir bem”. Os atos praticados, no bem agir, seguem o campo espiritual do homem e não ao que está fora dele.

De acordo com o que diz Oliveira (2021, p. 51), nossa passagem por esse plano terreno não aumenta em nada a sabedoria, e quanto mais tempo temos de vida, menos conseguimos desenvolver nossa autoconsciência. A vida mundana está repleta de desvios morais que só trazem desejos aos bens materiais do corpo e nos afasta da pureza da alma.

Para Oliveira (2021, p. 56) Agostinho segue os passos da filosofia platônica, onde “o mundo não passava de um pobre palco no qual a humanidade suportava o drama das suas batalhas espirituais; a verdadeira realidade estava no reino transcendente das ideias puras”, local onde podemos alcançar a sabedoria e a felicidade.

2.3. Determinismo e liberdade

O determinismo da vontade humana exclui a possibilidade do livre-arbítrio, tendo em vista perder-se a capacidade de escolha de algo que já está necessariamente designado para acontecer no plano material ou espiritual. Disso, tem-se que, a presciência Divina fica em “xeque” perante essa questão.

[...] se apenas Deus pode ser considerado causa eficiente, criando o mundo a cada instante segundo leis determinadas, todas as relações causais entre as coisas existentes no mundo já estão preestabelecidas e não existe liberdade para mudar o curso dos acontecimentos, sendo todas as ações humanas predestinadas. (FERREIRA, 2013, p. 72)

Mas quando Sartre (1997 *apud* Oliveira, 2012, p. 127) diz a seguinte frase, “Estou condenado a ser livre. Significa que não se poderiam encontrar outros limites à minha liberdade além da própria liberdade, ou, se preferirmos, que não somos livres para deixar de ser livres”. A própria liberdade se transforma em ação determinante já que impossibilita a liberdade de si.

Santo Agostinho argumenta que “[...] se Deus prevê o pecado do homem, este há de pecar necessariamente. Ora, se isso é necessário, não há portanto decisão voluntária no pecado, mas sim irrecusável e imutável necessidade”. E essa

presciência Divina não interfere na ordem natural, nem tira a liberdade de escolha do homem. (1995, III, 3, 6).

E continua na mesma linha de pensamento dizendo que essa liberdade de escolha que o Ser supremo disponibilizou ao homem, em nenhum momento, é capaz de submeter seus desejos a vontade Dele, mas tão somente ao que o próprio homem escolhe. (AGOSTINHO, 1995, p. 157).

Para outro autor a liberdade, também, está regrada pela necessidade, mas que essa necessidade elimina a execução de atos espontâneos da vontade como podemos verificar no texto:

Spinosa, conclui que a liberdade deve ser entendida como livre necessidade, distinta, portanto, da capacidade de escolhas arbitrárias. Liberdade passa a significar o não se deixar determinar senão por sua própria lei, e é no progressivo conhecimento dos determinismos que nos regem que se encontra o caminho para conquistarmos a verdadeira liberdade e superarmos a falsa ilusão de que nos conduzimos por atos livres de escolhas ou por livre-arbítrio. (Santos, 2005, p. 538).

De acordo com Oliveira (2021, p. 127) o homem não está imerso em qualquer tipo de determinação existente, pois, ontologicamente é livre das amarras que estabelecem qualquer tipo de ação; todos seus desejos mais profundos têm a total liberdade para serem estabelecidos.

Mas, o homem vive do meio, determinado por forças externas, por hábitos e condicionamentos que são repassados de geração a geração, introduzindo-o costumes, leis e regras morais, que apesar de manter a vontade aberta ao livre desígnio de quem a possui, também revela certo direcionamento para o que será escolhido. Como podemos identificar no trecho seguinte:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. Os homens fazem sua própria história, mas não como querem; as alternativas foram legadas pelas gerações anteriores, pelos antepassados dos homens atuais e estes últimos recebem essa herança para continuá-la. As circunstâncias são produzidas pela ação do homem que, por sua vez, é condicionada por elas. (MARX, 1974, p. 335)

Segundo Fonseca (2016), se as ações são fruto de causas anteriores ou de leis naturais não haveria qualquer tipo de prejuízo moral ao agente, visto que não poderia ter agido de outra forma, sendo, incompatível essa determinação causal com a liberdade de escolha.

Mas para o Bispo de Hipona, Deus é portador da presciência sem, mesmo assim, interferir nos ditames sobre os quais se realizam a vontade de escolha do ser humano, mantendo, assim, a liberdade intacta.

[...] não porque Deus soube o que havia de depender de nossa vontade, algo deixa de depender dele, pois quem soube de antemão soube de alguma coisa. Por conseguinte, se Aquele que de antemão soube o que dependeria de nossa vontade não soube de antemão nada, mas soube alguma coisa, mesmo que Ele seja presciente, algo depende de nossa vontade. Por isso, de maneira alguma nos vemos constrangidos, admitida a presciência de Deus, a suprimir o arbítrio da vontade ou, admitido arbítrio da vontade, negar em Deus a presciência do futuro, o que é verdadeira impiedade. Abraçamos, isso sim, ambas as verdades, confessamo-las de coração fiel e sincero; uma, para que nossa fé seja reta; a outra, para nossa vida ser santa. Longe de nós negarmos a presciência, por quisermos ser livres, visto que com seu auxílio somos livres ou seremos livres. (AGOSTINHO, 1997, V, 10).

A presciência em Deus, em nada atrapalha o livre agir do homem que segue seus instintos e desejos, arcando com as consequências decorrentes da sua vontade em seguir o caminho do bem ou do mal, e desse modo, quando o homem escolhe pelo errado e chega a pecar, Deus o julga por seus atos justamente, pois, mesmo sabendo que o pecado ocorreria, não teve nenhuma participação ou impulsionou-o para o mal moral. (AGOSTINHO, 1995).

3. METODOLOGIA

A pesquisa para elaboração desse artigo baseou-se em referências bibliográficas através de trabalhos referentes ao tema proposto, onde foi realizada a revisão bibliográfica das obras escolhidas para o aparato teórico, buscando-se respostas à problemática proposta, através de uma descrição dos argumentos de autores vistos, e de uma revisão narrativa, onde foram analisados os trechos dos livros e artigos a favor e contra o tema, e após a análise foi realizada a apresentação de uma síntese sobre o contexto. (CORRÊA, VASCONCELOS, SOUZA, 2013).

As obras selecionadas, em sua maioria, foram encontradas na Biblioteca Virtual Pearson, disponível no sítio: (<https://plataforma.bvirtual.com.br/>), na Biblioteca Liberi, onde existe um acervo de livros de diversos autores e temas, (<https://www.liberidigital.com.br/leitor/home>), disponíveis na plataforma UNIVIRTUS. Também, através do acesso ao Google acadêmico, no endereço: (<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>), foram encontrados vários artigos que

abordam sobre os assuntos inerentes ao presente trabalho, por fim, houveram consultas a livros, tudo indicado nas referências.

Na redação do texto seguiu-se o que está orientado, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT 14724:2011), e das sugestões encontradas em Iniciação à metodologia: Trabalho de Conclusão de Curso (CORRÊA, VASCONCELOS, SOUZA, 2013).

Foi utilizado para definição das palavras-chave, as indicações constante em Santos, Molina e Dias (2008).

Dentre as obras e artigos consultados na revisão bibliográfica, constante das referências, focou-se no livro “O Livre-arbítrio” de Santo Agostinho de Hipona, onde é encontrada a maior parte dos argumentos que sustentam a teoria do livre-arbítrio como um bem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu demonstrar o livre-arbítrio e a liberdade como um bem, para isso procurou-se responder como o livre-arbítrio nos remete a liberdade de escolha?

Para resolver essa questão foi analisado como o livre-arbítrio influencia a liberdade de escolha entre o bem e o mal, questões sobre o livre-arbítrio e a lei moral, foram identificados alguns conceitos de livre-arbítrio e liberdade, analisou-se a liberdade de escolha como um bem ou um mal e pesquisou-se sobre o determinismo, liberdade e a presciência Divina.

O livre-arbítrio da vontade humana, de acordo com Santo Agostinho, sempre gera escolhas que determinam a liberdade existente no ser, a qual irá desencadear, a partir dos movimentos vividos e dos ensinamentos apreendidos, situações que tendem aos desejos benignos, porém, por vezes, ocorrem escolhas erradas que levam ao pecado, e dessa forma, materializa-se a diferença entre o livre-arbítrio concedido ao homem por Deus, e sua liberdade para afastar-se Dele.

As incompatibilidades encontradas entre o determinismo e a liberdade, ficam evidentes quando é mostrado que não poderia haver uma livre escolha, quando relações causais determinadas no tempo preveem toda ordem do mundo, mas a resposta da presciência de Deus, que não influencia na liberdade de escolha dá uma

resposta, mesmo que metafísica, ao problema, visto que, nas escolhas cotidianas, as influências externas e morais, tendem a desenvolver desejos onde as escolhas são influenciadas, mas, mesmo assim, a liberdade dessas escolhas existe no ser.

Apesar de haver grande acervo de obras e artigos relacionados ao tema proposto, verificou-se que há uma grande dificuldade em demonstrar cabalmente que a liberdade de escolha realmente existe. Santo Agostinho detém, inegavelmente, todas as respostas, mesmo que anacrônicas, para refutar qualquer argumento que venha a condicionar o mal ao livre-arbítrio concedido ao homem por dádiva de Deus, sendo que, seguindo as tradições dualistas platônicas, inferem somente à alma a perfeita condição de viver corretamente sem praticar qualquer pecado; os desejos do corpo, imperfeito, não conseguem viver sem saciar suas vontades que se desvia de Deus, pecando e sendo punido por isso.

A teoria agostiniana retrata preceitos da razão, seguindo doutrinas baseadas na fé cristã, época em que a igreja buscava dominar os ditames morais. Dessa forma, a liberdade estava voltada para a realização de atos condizentes, para a salvação da alma.

Autores modernos buscaram a resposta para liberdade e o problema do mal não em conjeturas metafísicas rígidas, mas na lei moral, revelada por parâmetros antropomórficos, através das escolas filosóficas racionalista, ceticista, crítica, empirista, dentre outras, deixando de lado os dogmas religiosos, mas, considerando a filosofia cristã como base de diversas proposições irrefutáveis. Ao homem, era atribuída toda forma de desejo, entendimento, conhecimento, paixões, vontade, escolhas e as leis morais, para a partir dele encontrar a verdadeira liberdade.

Pesquisas direcionadas a uma análise aprofundada das relações de vontade e escolha do homem, em termos morais, e, de caráter psicológico, deverão proporcionar uma melhor elucidação sobre a liberdade da vontade para escolher o que realmente se deseja moralmente.

Em termos gerais, a proposta em definir o livre-arbítrio como um bem ou um mal foi alcançada parcialmente, visto que somente com uma pesquisa mais detalhada e amplificada, poder-se-ia definir com mais clareza, se, realmente somos detentores desse dom concedido por Deus, que é o livre-arbítrio, para com ele, escolher sempre o bem, e assim confirmar que possuímos uma liberdade que possamos chamar de “perfeita”.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus: contra os pagãos**. 3 ed. Petrópolis – São Paulo: Vozes – Federação Agostiniana Brasileira [vol. I, 414 p.; vol II, 589 p. – Tradução: Orcar Paes Leme, 1991].

_____. Bispo de Hipona, 354-430. **O livre-arbítrio** / Santo Agostinho; [tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbaso]. – São Paulo: Paulus, 1995. – (Patrística)

_____. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultura, 1999. (Coleção Os Pensadores)

ALEXANDRINO, B. S. **O Livre-arbítrio em Tomás de Aquino: há livre-arbítrio no Homem?** 2017. 39f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal Fluminense. 2017.

ARBÍTRIO. in Dicionário **Priberam** da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, disponível em: <<https://dicionario.priberam.org>>. Acesso em 10 Ago 2021.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução do grego de Antônio de Castro Caeiro. -- São Paulo: Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724:2011. Identificação e apresentação. Trabalhos acadêmicos. Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=86662>. Acesso em: 15 Jun 21.

CHAUI, M. **Espinosa: Uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

BAYÃO, J. H. **O Problema do Livre-Arbítrio: A Antinomia da Liberdade**. Revista do CAAP. n. 1 • 2006 – 31-58.

BERNARDI, M. A. *et al.* A relação entre conhecimento, determinismo e liberdade na filosofia de Immanuel Kant. In: VIII Congresso Internacional de Educação, 12, 2019, Santa Maria, RS, Brasil. **70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Educação Humanizadora**. Santa Maria: FAPAS, 2019. p. 1-12.

CORRÊA, E. J. VASCONCELOS, M. SOUZA, M. S. L. **Iniciação à metodologia: textos Científicos** – Belo Horizonte: NESCON UFMG, 2013. 140p. : il.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **10 lições sobre Santo Agostinho**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção 10 Lições).

_____. **O livre-arbítrio, segundo Santo Agostinho: um bem ou um mal?** Ágora filosófica. Universidade Católica do Pernambuco. Ano 7 • n. 1 • jan./jun. 2007 – 89-110.

COUTINHO, G. N. **O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho**. Revista Argumentos, Ano 2, N°. 3 – 2010 – 124-131.

DEAN, R. A fórmula da humanidade como um fim em si mesmo. **IN: The Blackwell Guide do Kant's Ethics** (Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 83-101). Edited by Thomas E. Hill © 2009 Blackwell Publishing Ltd. ISBN: 978-1-405-12582-6.

Tradução: Rafael Rodrigues Pereira (professor adjunto departamento de filosofia UFG).

FERREIRA, A. O. **Liberdade e filosofia da antiguidade a Kant**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.

FONSECA, T. S. **Responsabilidade moral e determinismo**. Revista de Filosofia. Argumentos, ano 8, n. 16 - Fortaleza, jul./dez. 2016.

JÚNIOR, A. D. B.; MONTEIRO. I. L. **Fundamentos da ética**. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Série Estudos de Filosofia).

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Leopoldo Holzbach. – São Paulo: Martin Claret, 2002. -- (Coleção a obra-prima de cada autor)

_____. **Crítica da razão prática**. Tradução Rodolfo Schaefer. – 3. ed. – São Paulo: Martin Claret, 2011. – (Coleção a obra-prima de cada autor; 126).

LIBERDADE. in Dicionário **Priberam** da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, disponível em: <<https://dicionario.priberam.org>>. Acesso em 10 Ago 2021.

MARX, K. **O dezoito brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

OLIVEIRA, R. C. **Antropologia filosófica**. – 1. Ed. – Curitiba: Intersaberes, 2012. – (Série Estudos de Filosofia).

SANTOS, C. A. G. Determinismo e liberdade: uma conciliação possível. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (3): 527-548, 2005.

SANTOS, G. do R. C. M.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. D. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpex, 2008.